



A OFERTA DE VAGAS NAS LICENCIATURAS NA MODALIDADE EaD NO PERÍODO DE 2018 A 2022

Arielli Curado Andrade Bueno|UFG | prof.ariellicurado@gmail.com

GT 1: Política Públicas e qualidade da EaD

Resumo:

Observa-se que os cursos de licenciatura na modalidade EaD no Brasil apresentaram crescimento em um curto intervalo de tempo. Isso se deve, majoritariamente, a necessidade do isolamento social durante a pandemia de Covid-19. Logo, isso oportunizou a oferta de vagas para o ingresso no Ensino Superior ocorresse desordenadamente nas Instituições de Ensino privadas em detrimento as vagas ofertadas pelas Instituições Públicas de Ensino. Acelerando assim, as matrículas na modalidade sob o pretexto que a tecnologia está inserida em diversos campos da Sociedade. Sendo assim, faz-se necessário avaliar os diversos aspectos que compõem as Políticas Públicas que conduziram a abertura de cursos de licenciaturas. O estudo objetiva analisar o crescimento das ofertas de cursos de licenciatura a distância no período de 2018 a 2022. Adota-se a pesquisa bibliográfica e documental das informações coletadas do Censo do Ensino Superior 2023 e fundamenta-se teoricamente sob a perspectivas de autores como: Gatti (2014), Oliveira e Lima (2022), Fonseca, Diniz e Lima (2022) entre outros. Constatou-se com a pesquisa inicial, o interesse mercadológico de Instituições privadas na oferta de vagas de Licenciaturas no Ensino Superior, de responsabilizando o Estado como mantenedor da regulação das implementações de cursos de graduação.

Palavras-chave: Licenciatura a distância, Ensino Superior, Ofertas de vagas.

1 Introdução

O presente trabalho articula-se a estudo inicial desenvolvido junto ao Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, vinculado a linha de pesquisa Estado, Políticas e História da Educação, integrando-se aos estudos iniciados no Grupo de Pesquisa em Educação a Distância (GEaD/ UFG) O estudo objetiva a análise do elevado crescimento da oferta de cursos de licenciatura na modalidade a distância em instituições públicas e privadas de Ensino Superior brasileiras no período de 2018-2022.

Considera-se que a pandemia de Covid-19, propiciou um aumento exponencial da evolução da oferta de cursos à distância que se normalizou após o término do isolamento social, uma vez que o Censo do Ensino Superior 2023 aponta o acréscimo de 189,1% no intervalo de 2018-2022 (Brasil, 2023, p. 18). Conjectura-se, que tal fato decorre aquém das mudanças sociais e tecnológicas impostas a Sociedade, já que o aumento da oferta dos cursos de graduação apresentava um crescimento gradativo em anos anteriores a pandemia.

Compreende-se a pesquisa bibliográfica como instrumento fidedigno que circunscreve os critérios e procedimentos metodológicos que destrincham soluções para o problema através da



análise rigorosa de fontes autorais secundárias do objeto de estudo. Concilia-se a pesquisa documental, pois analise-se as fontes primárias ausentes de tratamento analíticos (Lima; Miotto, 2007; Silva; Almeida e Guindani, 2009).

2- As licenciaturas a distância no Brasil: Objeto de Debates

Na atualidade, a tecnologia está inserida em diversos contextos e vivências dos indivíduos. Por ser essencial a formação do cidadão, a educação não é indiferente as transformações sociais e apropriou-se das ferramentas tecnológicas dentro da perspectiva mercadológica de oportunizar o acesso ao maior número de estudantes ao conhecimento. Conforme Lima e Borges (2018, p. 301), “A educação a distância cresce cada vez mais, dadas as vantagens que oferece, dentre elas, a possibilidade de formar pessoas nas mais diversas localidades, o que promove a democratização do ensino no Brasil.” Isto é, a modalidade propicia a sensação de maior autonomia do estudante como o condutor dos próprios horários e disciplinas a serem estudadas.

Com efeito o crescimento exponencial na modalidade durante o intervalo de 2018-2022 nas instituições brasileiras superiores de ensino, para Oliveira e Lima (2022, p. 8), ocorre pois:

A história do campo da EaD no Brasil evidencia, portanto, forte presença do Estado em seu processo de estruturação, acompanhando a modernização e os avanços tecnológicos do rádio, da TV, da internet. O Estado foi planejando, organizando, criando órgãos e setores específicos, financiando e implementando programas e ações, e buscando inserir as tecnologias no contexto educacional, assim como na própria gestão pública. (Oliveira, Lima, 2022, p. 8)

Nesse sentido, salienta-se um aumento substancial, no intervalo de 2014 a 2022, de 87% do número de matrículas na modalidade a distância no ensino superior. Ao ultrapassar o registro histórico de 3 milhões de ingressantes em 2022, observa-se um decréscimo do registro de matrículas na modalidade presencial desde 2014. Em 2022, destaca-se a formação docente, por meio das licenciaturas, o registro de 1.669.911 matrículas. Sendo deste, o total de 93,7% das matrículas do curso em EaD na rede privada ao passo que a rede pública totaliza 22,2% das matrículas em EaD (Brasil, 2023).

Observa-se que as matrículas em universidades públicas entre 2012 a 2022 apresentam 18,4% sendo que nas instituições privadas totalizam 88%. Notavelmente, no gráfico 1 o número de ingressos das instituições privadas (93,7%) é superior as instituições públicas (22,2%). Isso deve-se a desresponsabilização do governo mediante a oferta e garantia de permanência no Ensino Superior em Instituições Públicas uma vez que os organismos multilaterais preconizam



e estimulam a mercadorização dessa modalidade. Ou seja, reproduzem a lógica hegemônica do Capital que repercute a tradição da oferta de educação a distância para as instituições privadas (Fonseca, Diniz, Lima, 2022)

Gatti (2014, p. 36) corrobora ao explicar que a partir de 2005 gerou-se condições para o aceleramento e crescimento da modalidade em EaD nas instituições privadas. Fonseca, Diniz e Lima (2022, p. 8) reforçam: “Por tudo isto, percebe-se que há movimento histórico de concentração das matrículas em cursos superiores na modalidade a distância em Instituições de Ensino Superior privadas mercantis de 2002 a 2019, em todos os estados [...]”. Nessa perspectiva, a multiplicação de ofertas de cursos apresenta-se sem um aprofundamento do projeto político-pedagógico para uma formação docente que se articula e desenvolva com os conteúdos historicamente acumulados (Gatti, 2014). Logo, a formação docente no viés das licenciaturas, no Brasil, enfrenta impasses aquém das normativas e se espelham no cotidiano universitário que se vê imposto a demandas do Capital que influenciam diretamente as tomadas de decisão para a escolha da modalidade que será cursada pelo estudante.

Portanto, a modalidade a distância estabeleceu-se na prerrogativa de um subcampo da educação superior e se propagou para todos os campos educacionais devido ao contexto educacional nacional e internacional que é influenciado pelos aspectos econômicos, políticos e sociais. Tal perspectiva se consolidou no Brasil através da eclosão das TDIC – Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação, promovida pela vinda e alastramento da internet que atendeu as conjecturas neoliberais do mercado que oportunizaram políticas públicas de implantação e implementação de programas e ações nas áreas de tecnologias e EaD. (Oliveira, Lima, 2022)

Isto, demonstra-se, através dos dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira -INEP, em 2021. Analisando-se os resultados calculados a partir das referências fornecidas pelo Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes -Enade, em relação a modalidade de ensino, dos 87% de instituições privadas e 13 % de instituições públicas, salienta-se que 46% dos cursos presenciais apresentaram desempenho entre 3 e 4, enquanto 63% dos cursos à distância apresentaram desempenho na faixa 3. Ao se separar os resultados dos dados das instituições públicas e privadas, as instituições federais obtiveram resultados na faixa 4 enquanto as privadas permaneceram na faixa 3 (Brasil, 2023).

Nesse interim, as instituições privadas e públicas são conscientes que a formação docente impacta num processo continuado, que irá além da formação inicial. Logo, a



manutenção e institucionalização da modalidade em EaD exige das faculdades de licenciatura o cumprimento de políticas públicas robustas e definidas que visem a qualidade, pois a formação docente compreende o exercício profissional que sustenta a educação.

Para ocorrer uma formação docente socialmente referenciada, persiste a necessidade de assistência educacional aos estudantes de licenciatura em EaD. Isto é, a licenciatura em EaD deverá ser aprovada dentro de um projeto consistente que seja custeado por programas e ações de políticas públicas. Tal prerrogativa atribui um alto custo, e o que se observa na implantação e implementação dos programas e ações para a modalidade é a precariedade dos projetos propostos.

Segundo Gatti (2014, p. 37): “Essa modalidade, rica em possibilidades, a despeito das críticas que lhe são devidas, requer alternativas que contribuam para fortalecê-la e consolidá-la.” Logo, não é dentro do viés mercadológico preconizado pelo Capital, que as licenciaturas em EaD qualificaram inicialmente o docente para o futuro exercício da função. Sem a institucionalização, a implementação de licenciatura em EaD poderá promover a desestruturação da experiência aglomerada desta modalidade experienciadas exitosamente pelas instituições públicas.

3 Considerações finais

Dentro da lógica capitalista que visa o lucro, Gatti afirma que ao se gerar condições de oferta da licenciatura em EaD indiscriminadas e aceleradas, não há o aprofundamento do projeto político pedagógico da instituição, o que, provavelmente, influenciará na superficialidade da formação inicial dos futuros docentes (Gatti, 2014). É imprescindível a formulação de políticas públicas que regulamentem a modalidade, com critérios específicos que sejam supervisionados e acompanhados por avaliadores que compreendam a EaD como uma modalidade de ensino que se difere das metodologias que poderão ou não serem aplicadas durante a licenciatura.

Logo, a manutenção e institucionalização da modalidade em EaD exige das faculdades de licenciatura o cumprimento de políticas públicas robustas e definidas que visem a qualidade, pois a formação docente compreende o exercício profissional que sustenta a educação. Ou seja, dentro de uma perspectiva dialógica e inclusiva que fomentará a formação docente inicial.

Para que haja uma formação docente socialmente referenciada, persiste a preconização de assistência educacional aos estudantes de licenciatura em EaD. Isto é, a licenciatura em EaD deverá ser aprovada dentro de um projeto consistente de financiamento público que prevê na



agenda política os custos por programas e ações de políticas públicas e a formação profissional dos agentes da EaD.

Tal prerrogativa atribui a sistematização da modalidade e a presença dos representantes que atuam direto nas tomadas de decisão do colegiado para que priorizem a qualidade do ensino ofertado, além de estrutura física e digital para a oferta das licenciaturas em EaD.

Logo, não é dentro do viés mercadológico preconizado pelo Capital, que as licenciaturas em EaD qualificaram inicialmente o docente para o futuro exercício da função. Sem a institucionalização, a implementação de licenciatura em EaD poderá promover a desestruturação da experiência aglomerada desta modalidade experienciadas exitosamente pelas instituições públicas.

Referências

BRASIL, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da Educação Superior, 2023. Disponível em:

https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2022/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2022.pdf Acesso em: 15/04/2024

FONSECA, M. A. R.; DINIZ, J. A. R.; LIMA, D. C. B. P.. A estruturação das matrículas na Educação Superior a Distância na Região Centro-Oeste do Brasil. **Anais do CIET: CIESUD: 2022**, 2022.

GATTI, B. A. A formação inicial de professores para a educação básica: as licenciaturas. **Revista Usp**, n. 100, p. 33-46, 2014.

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista katálisis**, v. 10, p. 37-45, 2007.

OLIVEIRA, J. F.; LIMA, D. C. B. P. As Políticas Públicas Estatais e o Campo da Educação a Distância: Disputas e Perspectivas em Torno da Qualidade. **Education Policy Analysis Archives/Archivos Analíticos de Políticas Educativas/Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 30, 2022.